

ADAM SMITH PRISIONEIRO DA APARÊNCIA

Observações sobre Críticas à Teoria Smithiana do Valor: Uma Visão Anti-Ricardiana

*Reinaldo A. Carcanholo**

A teoria smithiana do valor não encontrou, nos seus dois mais importantes críticos (Ricardo e Marx), um tratamento adequado: houve, de parte deles, uma incompreensão sobre ela. Em particular, as críticas marxistas, longe de prestarem uma sustentação à própria teoria de Marx, serviram e servem à postura ricardiana, hoje amplamente representada naqueles autores que, sentindo-se incomodados com a concepção subjetiva do valor, temem as implicações do valor-trabalho. Obviamente que entre o que chamamos ricardianos encontram-se aqueles que, de maneira explícita, colocam-se como seguidores de Sraffa, mas também todos aqueles que, intuitivamente ou não, identificam riqueza com tecnologia e concebem a estrutura de preços como resultado de um conjunto de coeficientes técnicos. Sem dúvida e em particular, não excluiríamos os pós-keynesianos dos que chamamos ricardianos.

Neste trabalho analisaremos as críticas formuladas por Marx à teoria do valor de Smith que aparecem nas Teorias da Mais-Valia (Marx, 1974), com umas poucas referências a O Capital. Na verdade nos concentraremos não em todas, mas só em uma parte delas: nas que não consideramos adequadas.

Nosso ponto de partida é, por um lado, a interpretação que temos

* Doutor em Economia. Professor do Departamento e do Mestrado em Economia da UFES.

sobre a teoria smithiana e que já tivemos oportunidade de expor (Cf. Carcanholo, 1991). Por outro lado, a própria teoria marxista do valor, que consideramos muito superior à de Smith e tão capaz de explicar a realidade capitalista quanto incompreendida por seus críticos. Em outros lugares expusemos nossa interpretação sobre ela.

Como veremos, Marx tem frente a Smith uma atitude contraditória. Ao mesmo tempo que subestima sua teoria do valor, atribuindo-lhe hesitação ou incoerências, acredita que a teoria smithiana da “dedução” está mais próxima da sua teoria da exploração do que realmente é possível aceitar, superestimando, portanto, as idéias de Smith. O que prevalece em Marx é, na verdade, a subestimação.

Estamos profundamente convencidos de que, à luz da teoria marxista, e deste ponto de vista, a postura frente a Smith deve ser muito mais favorável. Marx não percebeu que estava muito mais próximo das idéias de Smith do que das de Ricardo; sua dívida é muito maior com aquele e não com este. Sem nenhuma dúvida, esse equívoco de Marx lhe custou muito caro. Sua indulgência com as imprecisões da teoria ricardiana do valor permitiu aos seguidores dela, especialmente aos atuais, uma liberdade muito grande para mal interpretá-lo, julgá-lo e condená-lo.

AS DUAS DEFINIÇÕES DE VALOR EM SMITH

Segundo Marx, poderíamos encontrar em Smith duas definições para a magnitude do valor das mercadorias. Na primeira, essa magnitude seria igual à quantidade de trabalho contido nas mesmas (“requerida para produzi-las”, (MARX, 1974A, p.49) e, na segunda, igual à quantidade de trabalho que se poderia comprar com uma unidade da mercadoria.

Para Marx, haveria em Smith hesitação (Marx, 1974a, p.49), confusão (Marx, 1974a, p. 49), vacilação (Marx, 1974a, p. 131) ou contradição (Marx, 1974a, p. 50) entre as duas definições; Smith seria responsável por obscuridade (Marx, 1974a, p. 56) insegurança (Marx, 1974a, p. 49) e/ou ambigüidade (Marx, 1974a, p. 132) frente às duas possibilidades.

Todas essas palavras, em si mesmas, evidentemente não são suficientes para descrever adequada e claramente a posição de Marx sobre o assunto. Existe uma passagem no capítulo IX das Teorias da Mais-Valia que pode nos dar uma pista para o entendimento dessa questão:

“A. Smith identifica o preço natural ou preço de custo¹ da mercadoria com o valor dela, depois de abandonar a concepção correta de valor e de a substituir pela que emana e provém irresistível das aparências da competição. O que aparece na concorrência regulando os preços de mercado não é o valor, é o preço de custo, na qualidade por assim dizer de preço iminente, valor das mercadorias.” (Marx, 1974b, p. 666).

Analisemos essa passagem de Marx. A. Smith partiria de uma concepção correta do valor, a de que sua determinação se faz pela quantidade de trabalho contido nas mercadorias. O segundo passo seria a sua rendição frente à irresistível força das aparências que o faz pensar que o valor se determina pela somatória das remunerações e, portanto, abandona a idéia correta que era a inicial. Imediatamente, então, identifica preço natural ou “preço de custo” (preço de produção) com valor.

MARX ATRIBUI A SMITH O SEU PRÓPRIO CAMINHO

Na verdade Marx estaria assim atribuindo a Smith o mesmo caminho que seguiu n’O Capital: descobre o valor no Livro I e mostra que a sua magnitude depende do trabalho contido; passa ao Livro III e descobre o preço de produção que pressupõe a uniformidade da taxa de lucro e que está mais próximo das “aparências da competição.” Neste ponto Smith deixaria de seguir o caminho “correto” (de Marx) que seria o de mostrar como o valor se transforma em preço de produção e como este não é, senão, o valor apropriado em condições de uniformidade da taxa de lucro, mantendo, no entanto, a idéia de que a magnitude do valor das mer-

¹ Observe que, nesse caso, Marx fala de preço de custo, mas está pensando no seu próprio conceito de preço de produção da 2ª seção do livro III do Capital e não no de preço de custo propriamente dito, que ele estuda na 1ª seção do mesmo livro. (cf. Marx, 1974a, p. 5, nota nº 29).

cadorias depende da quantidade de trabalho contido. Smith abandonaria, então, sua concepção correta de valor, definiria seu preço natural (preço de produção) por somatória de remunerações e identificaria este como o valor.

Veja-se, também, esta outra passagem das Teorias da Mais-valia:

“Por isso, importa dirigir a atenção para este estranho curso das idéias no livro de Smith: começa ele pesquisando o valor da mercadoria e o define com acerto em certas passagens, e com tanto acerto que descobre, em geral, a origem da mais-valia e de suas formas particulares, e deriva daquele valor salário e lucro. Mas depois toma o caminho oposto e procura, ao contrário, deduzir o valor das mercadorias (do qual derivou salário e lucro) da adição dos preços naturais do salário, lucro e renda fundiária.” (Marx, 1974a, p. 76).

Há outra passagem nas Teorias da Mais-valia também relevante:

“(...) A. Smith hesita no tocante à definição do valor de troca² (...): ora confunde a determinação do valor das mercadorias pela quantidade de trabalho requerida para produzi-las, com a determinação pela quantidade de trabalho vivo mediante a qual se pode comprar a mercadoria³ (...); ora substitui aquela por esta determinação.” (Marx, 1974a, p.49).

Por esta última citação Marx admite que Smith não abandona totalmente a idéia inicial (“correta” segundo Marx) de que a magnitude do valor é igual a quantidade de trabalho contido; segundo sua interpretação ora abandona ora confunde⁴. Haveria uma hesitação em nosso

² Marx utiliza aqui, como sinônimos, valor e valor de troca. Salvo quando nos manifestarmos em contrário, entenderemos que esse é o procedimento de Marx nessa obra.

³ “quantidade de trabalho vivo mediante a qual se pode comprar a mercadoria” - parece ser uma expressão equívoca. O ponto de vista de Smith, quando se pergunta sobre a magnitude do valor da mercadoria, situa-se no possuidor da mesma e não no trabalhador.

⁴ Veja-se também o que afirma no primeiro capítulo do Capital: “De um lado, A. Smith confunde, aí (embora nem sempre), a determinação do valor pela quantidade de trabalho despendido na produção da mercadoria, com a determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, e procura, por isso, demonstrar que iguais

autor frente às duas maneiras de determinação. Esta parece ser, mais apropriadamente, a interpretação de Marx pois, em outras passagens, afirma que Smith retorna à idéia inicial, “correta”.⁵

Na nossa opinião não há em Marx uma atitude verdadeiramente crítica em relação à teoria do valor de Smith, no sentido de buscar uma compreensão profunda da visão desse autor, partindo do suposto inicial de que poderia haver uma coerência interna em seu pensamento. Ao contrário, o ponto de partida de Marx é a idéia de que a magnitude do valor é igual à quantidade de trabalho contido; de que essa é a única visão correta e de que ela deve estar de alguma forma em Smith, no mínimo, de maneira vacilante. O que Marx pretende é “engessar” a teoria de Smith dentro de suas próprias concepções. Atribui a Smith seu próprio enfoque e depois vai nele buscar hesitações, inseguranças, confusões, ambigüidades e contradições. Não há a isenção de buscar a coerência e as intenções do autor criticado.

Observe-se as próximas citações. A propósito de um aspecto da análise smithiana de salário, Marx diz:

“Assim, Smith permite que sua teoria correta - a de ser o valor da mercadoria determinado pela quantidade de trabalho nela contida - anule ou antes paralise, contrabalance sua idéia errada de o salário, como elemento constitutivo do valor, determinar o valor da mercadoria.” (Marx, 1974b, p. 657).

“(...) determinação correta do valor de troca das mercadorias, isto é, (...) a determinação pela quantidade de trabalho nelas despendida (...)” (Marx, 1974a, p. 49).

“(...) pois ele aí se atém sempre à determinação correta do valor pelo tempo de trabalho despendido em mercadorias diversas.” (Marx, 1974a, p. 53 - ver também Marx, 1974b, p. 656).

quantidades de trabalho têm sempre o mesmo valor.” (Marx, K. O Capital. Rio, Civilização Brasileira, 1980. Livro 1, vol. 1, p. 54).

⁵ Por exemplo: “(...) Smith, através de sua obra, ao esclarecer realmente os fatos, considera a quantidade de trabalho contida no produto como valor e elemento que determina o valor.” (Marx, 1974a, p. 53).

É realmente curioso esse procedimento de Marx frente a teoria smithiana. A profundidade de seu pensamento e a agudeza de sua análise, demonstrada em um número ilimitado de circunstâncias, não parecem ser compatíveis com as conclusões a que chegou, no que se refere aos assuntos que estamos tratando. Talvez o fato de que sua teoria do valor seja muito mais profunda e capaz de explicar a realidade capitalista o tenha induzido a atribuir a Smith a correta visão sobre o valor. Essa modéstia inicial de reduzir sua própria originalidade, converte-se numa crítica que chega a comprometer a relevância do pensamento de Smith e reduz a importância desse autor dentro do pensamento econômico, especialmente como antecessor do próprio Marx.

Na verdade, também Marx sofre nas mãos dos ricardianos a mesma injustiça que comete contra Smith. Eles lhe atribuem os seus próprios objetivos e perguntas, e depois chegam à conclusão que Marx cometeu erros, imprecisões, insuficiências, equívocos, etc. É o que ocorre com a questão da transformação dos valores em preços de produção.

Essa postura de Marx frente a Smith é tão surpreendente que, em pelo menos uma passagem, chega a fazer afirmações que não são corretas do ponto de vista de sua própria teoria:

“A troca das mercadorias A e B na proporção do tempo de trabalho nelas contido não é absolutamente perturbada pelas proporções em que os produtores de A e B repartem entre si os produtos A e B, ou melhor, o valor deles. Se uma parte de A cabe ao proprietário da terra, outra ao capitalista e a terceira ao trabalhador, qualquer que seja a cota de cada um, tal circunstância não altera o fato de a própria mercadoria A, de acordo com seu valor, se trocar com B. A proporção do tempo de trabalho contido nas mercadorias A e B em nada absolutamente se altera pelo modo como diferentes pessoas se apropriam do tempo de trabalho inserida em A e B.” (Marx, 1974a, p.52).

De acordo com a teoria do próprio Marx poderíamos afirmar que:

- É certo que o trabalho contido nas mercadorias e, portanto, a magnitude dos valores das mesmas, não se altera com as

magnitudes apropriadas pelos agentes;

- No entanto, a teoria do valor de Marx, quando trata dos preços de produção afirma justamente o contrário do que se diz na primeira parte daquela citação. Assim, o valor de troca das mercadorias, ou o que é a mesma coisa, a proporção em que elas se trocam, está totalmente influenciada pela apropriação, em particular e no que se refere aos preços de produção, pelo efeito da uniformidade da taxa de lucro. No geral, podemos afirmar que se o lucro de cada produtor diferir da mais-valia produzida em sua empresa, obviamente a mercadoria A não se trocará com B de acordo com o seu valor.

Além disso, Marx chega, em várias passagens das Teorias da Mais-valia, ao interpretar a teoria do valor de Smith, a substituir, como se fossem sinônimas, as palavras *valor e trabalho*. Vejamos dois exemplos disso:

“Essa dedução (que origina o lucro e a renda fundiária, RC) porém, como expôs antes o próprio Smith, só pode consistir na parte do trabalho a qual o trabalhador adiciona acima da quantidade de trabalho que só lhe paga o salário ou fornece valor igual ao salário.” (Marx, 1974a, p. 63).

“Logo depois de (Smith, RC) ter classificado renda fundiária e lucro de meras deduções do valor ou do trabalho que o trabalhador adiciona às matérias-primas, como pode chamá-los de fontes originais de valor-de-troca?” (Marx, 1974a, p. 72).

Essa identificação, que até certo ponto poderia ser aceitável dentro da teoria de Marx, é um total equívoco para a de Smith e não pode permitir qualquer compreensão aceitável de sua teoria.

IDENTIDADE PREÇO NATURAL - PREÇO DE PRODUÇÃO

Marx, na verdade, em certo momento -mas em oposição a outros-, chega a equivocar-se ao não identificar o preço natural de Smith com o seu próprio preço de produção:

“Por preço natural das mercadorias entende A. Smith apenas o

valor delas expresso em dinheiro⁶. (O preço de mercado está naturalmente acima ou abaixo do valor. Mesmo o preço médio das mercadorias, conforme demonstrarei mais adiante, difere sempre do seu valor⁷. Mas A. Smith em sua análise do preço natural nada tem a ver com isso. Ademais não se pode compreender o preço de mercado e muito menos ainda as oscilações no preço médio das mercadorias, sem o apoio do conhecimento da natureza do valor).” (Marx, 1974a, p. 74).

É incrível que aqui, nas Teorias da Mais-valia, pelo menos nessa passagem, Marx tenha essa opinião, que inegavelmente significa negar ao preço natural de Smith qualquer proximidade teórica com o seu preço de produção. Na verdade, n’O Capital, na seção em que discute a conversão do lucro em lucro médio (cap. X, Livro III), afirma justamente o contrário:

“O que denominamos preços de produção é na realidade o mesmo que A. Smith chama preço natural, Ricardo, preço de produção, custo de produção e os fisiocratas, preço necessário, pois no curso do tempo, é condição da oferta, da reprodução da mercadoria de cada ramo particular de produção. Mas nenhum deles desvendou a diferença entre preço de produção e valor. Compreende-se também porque os mesmos economistas que se opõem à determinação do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho, pela quantidade de trabalho nelas contida, consideram sempre os preços de produção os centros em torno dos quais oscilam os preços de mercado. Sustentam esse ponto de vista porque o preço de produção é uma forma do valor-mercadoria já deste alheada e evidentemente destituída de conteúdo, tal como aparece na concorrência e passa a existir na consciência do capitalista vulgar e por conseguinte na do economista vulgar.” (Marx, K. op. cit., Livro 3, vol. 4, pp. 223/224).

⁶ Isso não é totalmente correto pois embora o preço natural nominal possa ser isso, o preço natural real é o próprio valor (para Smith).

⁷ Sem dúvida nenhuma, Marx está se referindo aqui ao preço médio correspondente ao preço de produção.

Contrasta totalmente esta opinião com aquelas emitidas nas Teorias da Mais-valia. Aqui a análise é profunda, aguda, precisa. A crítica é adequada e perfeita: “nenhum deles desvendou a diferença entre preço de produção e valor”⁸. Lamentavelmente essa diferença é pouco conhecida ou entendida, pois até hoje, mesmo depois de Marx a ter explicado detalhada e pormenorizadamente, os ricardianos contemporâneos continuam a merecer a mesma crítica no que se refere especialmente à compreensão da teoria marxista do valor.

Não só aos economistas que Marx se refere na segunda parte dessa passagem (“os que se opõem à determinação do valor pelo tempo de trabalho”) é atribuível a radical crítica de Marx: “Sustentam esse ponto de vista porque o preço de produção é uma forma do valor-mercadoria já deste *alheada* e evidentemente *destituída de conteúdo*, tal como aparece na concorrência e passa a existir na consciência do capitalista vulgar e por conseguinte na do economista vulgar.” (Lamentavelmente a profundidade dessa afirmação não é perceptível, de forma imediata e fácil, aos acostumados exclusivamente com a lógica formal.). Essa crítica também é legítima se dirigida a Smith e Ricardo, e isso Marx não percebeu. Ela é radical, por ser definitiva e incontestável.

O que realmente não se pode entender é a diferença de postura de Marx frente a questão. Talvez o assunto se explique por uma mudança de opinião, por parte desse autor, ao longo do tempo. O fato de que a postura que aparece n’O Capital seja muito mais profunda e adequada à própria teoria marxista (adequada no sentido que corresponde mais apropriadamente às formulações dessa teoria) sugeriria, então, ser este texto posterior ao das Teorias da Mais-valia.

CRÍTICAS DE INSPIRAÇÃO RICARDIANA: HAVERIA EM SMITH CERTA CONCESSÃO AO TRABALHO CONTIDO?

Já vimos que, a despeito da posição de Marx, não há em Smith nenhum propósito de relacionar a determinação do valor na época capi-

⁸ Na verdade Smith consegue a ‘proeza’ de, definido seu preço natural (com similaridade ao conceito de preço de produção marxista) definir valor como igual àquele.

talista, com o trabalho contido. No entanto haveria, pelo menos em certas passagens, alguma vacilação nesse aspecto, ou alguma concessão ou confusão? É o que, em certa medida, trataremos de analisar aqui.

Vejamos o que diz Marx, nas Teorias da Mais-valia, sobre essa questão:

“Pode-se evidenciar por numerosos exemplos a freqüência com que Smith, através de sua obra, ao esclarecer realmente os fatos, considera a quantidade de trabalho contida no produto como valor e elemento que determina o valor. Ricardo cita parte deles.” (Marx, 1974a, p. 49).

Em nota de pé de página esclarece que Ricardo faz essa citação no capítulo 1 dos Princípios (2ª edição). Isso e o fato de que a crítica de Marx é próxima da que foi feita por Ricardo, mostra que aquele encontrou neste a inspiração inicial.

O exemplo que Marx dá na seqüência da afirmação anterior mostra sua incompreensão sobre o assunto. É possível que todas, quase todas ou, no mínimo, muitas das passagens observadas por Marx, mas não indicadas, tenham sido mal interpretadas.

Uma longa citação que Marx faz de Smith a propósito da acumulação do capital nas cidades durante a Idade Média, é muito interessante e pertinente à nossa preocupação:

“Em consequência desses regulamentos, cada grupo (dentro das cidades corporativas) era obrigado a comprar, dentro da cidade, as mercadorias que requeria de outro algo mais caro de que, de outro modo, poderia obtê-las. Mas, em recompensa, podia vender as próprias mercadorias no mesmo nível de carrestia. Dessa maneira, até aí tudo dava no mesmo, como se diz. No comércio entre os diferentes grupos dentro da cidade, nenhum deles perdia com esses regulamentos. Mas todos eles eram grandes ganhadores nos negócios que faziam com o campo. E nesses negócios consiste o comércio todo que sustenta e enriquece toda cidade. Toda cidade retira do campo a subsistência inteira e todos os materiais para a produção urbana. Paga por essas coisas de duas maneiras principais: primeiro, retorno ao campo de parte das matérias-primas, beneficia-

das e manufaturadas, quando o preço delas acresce dos salários dos trabalhadores e dos lucros dos mestres ou empregadores imediatos; segundo, remessa para o campo de parte dos produtos primários e manufaturados que a cidade recebeu de outras regiões (...) com que, de maneira semelhante, o preço original dessas mercadorias acresce dos salários dos transportadores ou marinheiros e dos lucros dos comerciantes que empregam esses trabalhadores. (...) Os salários dos trabalhadores e os lucros dos diversos empregadores formam a soma global (...) [dos ganhos das cidades, RC]. Por isso, todas as regulamentações que contribuam para elevar os salários e lucros acima do nível que de ordinário prevaleceria, capacitam a cidade a comprar com quantidade menor de trabalho o produto de quantidade maior de trabalho do campo.” (Smith, A. *A Riqueza das Nações*, citado por Marx, Marx, 1974b, pp. 662/663).

Marx, como comentário a essa passagem de Smith, entre outras coisas, afirma que Smith se está referindo, aí, na última parte dessa passagem, à determinação “correta” do valor, pelo trabalho contido.

Ali parece não haver dúvidas e Marx, pelo menos nesse aspecto, está com a razão. Smith refere-se inequívoca e explicitamente aos trabalhos contidos, na última parte daquela passagem. No entanto, outra coisa é afirmar que ele está pensando a magnitude do valor como a quantidade de trabalho contido. Observe-se que, mesmo de acordo com a teoria smithiana da determinação da grandeza do valor (na forma como a consideramos) não seria incorreto dizer o que aparece naquela passagem: “elevar os salários e lucros acima do nível que de ordinário prevaleceria (de suas taxas naturais, RC), capacita(m) a cidade a comprar com quantidade menor de trabalho (e aqui, sem dúvida, se trata de trabalho contido, RC), o produto de quantidade maior de trabalho do campo”. Insistimos: isso não é incompatível com a idéia de que a magnitude do valor se determina pela soma das remunerações à taxas naturais e se mede pela quantidade de trabalho comandado. No máximo poderíamos dizer que é uma afirmação pouco clara, enganosa ou não esclarecedora.

Marx, no entanto, usa a afirmação para ressaltar seu ponto de vista crítico:

“Smith aí retorna portanto à determinação correta do valor (...), a determinação do valor pela quantidade de trabalho.” (Marx, 1974b, p. 663).

E também:

“Por isso, Smith acha também que a cidade, ao trocar quantidade menor de trabalho por maior de trabalho do campo, consegue, em relação a este, lucro excedente e salário excedente. Isso não ocorreria, se ela não vendesse ao campo mercadoria acima do valor. (...) Preço e salário portanto, se forem o que naturalmente devem ser, não determinarão o valor da mercadoria, mas serão por ele determinados. Lucro e salário então só podem surgir da repartição do valor dado da mercadoria, o qual os antecede; esse valor não pode ser obtido nem resultar de lucros e salários que o pressupõem.” (Marx, 1974b, p. 663)

Finalmente:

“Assim, de acordo com a própria exposição de Smith, se as mercadorias urbanas e rurais fossem vendidas na proporção da quantidade de trabalho que cada uma encerra em face da outra, seriam vendidas por seus valores.” (Marx, 1974b, p. 664).

Acreditamos, portanto, que as conclusões de Marx são excessivas. Mas, deixemos isso de lado e destaquemos mais um aspecto sobre aquela passagem de Smith. Trata-se, na verdade, de texto que confirma a idéia de que esse autor concebe claramente a distinção entre produção e apropriação de riqueza (valor), apesar de que, para ele, aquela se define por esta em determinada circunstância como já vimos (taxas naturais). A análise de Smith, à luz de sua própria teoria e de acordo com a nossa interpretação, é impecável e revela a profundidade do pensamento desse autor.

Por outro lado, e relacionado com a crítica anterior de inspiração ricardiana, Marx vai sustentar que Smith confunde o trabalho que se pode comprar diretamente com uma mercadoria, com o produto do trabalho alheio que pode com ela ser comprado. Vai afirmar, ademais, que essa igualação é o primeiro motivo para a confusão, em Smith, entre trabalho contido e trabalho comandado (cf. Marx, 1974a, pp. 54/55). Mais uma vez, acreditamos que a crítica não é justa ou ade-

quada. Marx parte da seguinte afirmação de Smith:

“Riqueza é poder, como diz Hobbes. (...) o poder que a posse dessa fortuna lhe assegura, de forma imediata e direta, é o poder de compra; um certo comando sobre todo trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que está no mercado.” (A. Smith, 1776, p. 63/64)

E qual é a reação de Marx frente a essa passagem:

“É evidente que Smith (...) confunde o trabalho dos outros com o produto desse trabalho. (...) o valor de troca da mercadoria consiste para seu possuidor nas mercadorias alheias que ele pode comprar, isto é, na quantidade de trabalho alheio nelas contida, na quantidade de trabalho alheio materializado. E essa quantidade de trabalho alheio é igual à quantidade de trabalho encerrada em sua própria mercadoria.” (Marx, 1974a, p.54).

É verdade. O valor de troca de uma mercadoria (por exemplo, A) é igual às mercadorias que podem ser trocadas por ela. No entanto, observe-se que o valor destas mercadorias, segundo Smith, é exatamente igual à quantidade de trabalho vivo que se poderia comprar com elas. Dessa maneira, dizer que o valor de A é igual à quantidade de trabalho comandado ou ao valor das mercadorias que podem ser compradas com ela, é a mesma coisa. Não há, portanto, confusão em Smith nesse aspecto.

Finalmente, e também de inspiração ricardiana, é a crítica à idéia smithiana de invariabilidade do valor do trabalho, que Marx apresenta de maneira muito rápida nas Teorias da Mais-valia:

“O que é verdadeiro para o próprio trabalho e portanto para sua medida, o tempo de trabalho, (...) Smith reivindica para o valor mutável do próprio trabalho.” (Marx, 1974a, p. 55).

É interessante, no entanto, que Marx não se detém muito nessa crítica, dando a impressão que não a considera muito importante.

RAZÕES PARA AS ALEGADAS DIFICULDADES DE SMITH

As hesitações que Smith enfrentaria ao tratar as duas diferentes definições de magnitude do valor ou, em outras palavras, as alegadas dificuldades que encontraria nessa questão, para Marx, não responderiam a simples erros ou insuficiências do autor, mas derivariam de algo mais profundo que Ricardo não teria nem se dado conta: a percepção da mais-valia no capitalismo:

“Mas, em Smith, aquela contradição e aquela transição de uma maneira de definir (a magnitude do valor, RC) para outra derivam de algo mais profundo que Ricardo - ao revelar a contradição - deixou passar, não distinguiu e por isso também não elucidou.” (Marx, 1974a, p. 50).

Smith percebeu uma diferença essencial no capitalismo:

“O produto ou o valor do produto do trabalho não pertence ao trabalhador. Determinada quantidade de trabalho vivo não dispõe (não compra, RC) da mesma quantidade de trabalho materializado, ou determinada quantidade de trabalho corporificado em mercadoria comanda quantidade de trabalho vivo maior que a encerrada na própria mercadoria.” (Marx, 1974a, p. 51)

Isso é absolutamente correto do ponto de vista da teoria de Marx, mas em Smith a questão não é assim tão clara. É verdade que ele poderia afirmar - sem nenhuma violência à sua teoria - a primeira parte do assinalado: “o produto ou o valor do produto do trabalho - no capitalismo - não pertence ao trabalhador”. No que se refere, no entanto, à segunda parte devemos destacar que o conceito de “trabalho materializado” ou “trabalho corporificado” é totalmente estranho ao pensamento de Smith, especialmente se com isso estivermos sugerindo, como está fazendo Marx, a idéia de magnitude do valor.

Se formulássemos à Smith a pergunta: é certo ou errado que, no capitalismo, a quantidade da mercadoria que compra determina quantidade de trabalho (vivo) foi produzida com quantidade inferior de trabalho (“trabalho materializado”)?; e, se além do mais, o obrigássemos a responder, obviamente a resposta seria positiva: é certo. Mas aí não

estariamos entendendo a teoria de Smith, mas engessando-a aos limites, fronteiras e determinações nossas; não a estariamos expressando adequadamente.

O que já deve ter ficado claro para quem conhece nossa pesquisa sobre Smith é que, para ele, todo trabalho é pago, embora exista lucro e embora, por isso, a compra de trabalho vivo se faça com mercadoria que se produziu com menos quantidade de trabalho. Isso não foi percebido por Marx.

Mas, Marx prossegue:

“(...) assim descobre ele (Smith, RC) (parece-lhe) que na troca entre capital e trabalho assalariado, entre trabalho materializado e trabalho vivo, de imediato se ab-roga a lei geral, e as mercadorias (pois trabalho também é mercadoria ao ser comprado e vendido) não se trocam na proporção das quantidades de trabalho que representam. Daí conclui que o tempo de trabalho não é mais a medida imanente que regula⁹ o valor de troca das mercadorias (...)” (Marx, 1974a, p. 51).¹⁰

E também:

“Em todo caso sente A. Smith a dificuldade de inferir da lei que determina a troca das mercadorias, a troca entre capital e

⁹ Medida imanente do valor e regulação do valor são expressões não muito claras nesse contexto; melhor seria: não é mais o que determina o valor de troca.

¹⁰ Em outra passagem, Marx afirma: “O grande mérito de A. Smith é ter percebido (...) a ocorrência de uma ruptura, ao passar ele da simples troca de mercadorias e da correspondente lei do valor para a troca entre trabalho materializado e trabalho vivo, entre capital e trabalho assalariado, para o estudo do lucro e da renda fundiária em geral, em suma, para a gênese da mais-valia; (...) e ter além disso acentuado - e este achado na verdade o perturba - que (...) algo muda na aparência (e de fato no resultado): a lei do valor se transmuta no seu oposto. No plano teórico sua força está em sentir e acentuar essa contradição, e a fraqueza está em ser por ela induzido a enganar-se quanto à lei geral (...)” (Marx, 1974a, p. 66).

É interessante que nessa citação Marx se refere à “lei do valor” no sentido de que as proporções de troca das mercadorias estão determinadas pelas quantidades de trabalho contido. Essas referências à “lei do valor”, nesse sentido, são muito menos frequentes em Marx do que se pensa.

trabalho, a qual parece repousar sobre princípios de todo opostos e contraditórios.” (Marx, 1974a, p. 51/52).

Na verdade em Smith não existe nenhuma descoberta de que a lei geral das trocas fica negada ou anulada na relação entre capital e trabalho assalariado. Isso simplesmente porque Smith nunca afirmou que as trocas devem ser feitas na proporção das quantidades de trabalho contido. E o erro de Marx fica mais caracterizado na seguinte passagem:

“(...) ao tratar da troca entre trabalho materializado e vivo, entre capitalista e trabalhador, Smith acentua que o valor da mercadoria não é mais determinado pela quantidade de trabalho nela inserida e sim pela quantidade - diferente da anterior - de trabalho vivo alheio que pode comandar, isto é, comprar; entretanto, não está com isso dizendo realmente que as mercadorias não se trocam mais na proporção do tempo de trabalho nelas encerrado e sim que o enriquecimento, o acréscimo dependem da maior ou menor quantidade de trabalho vivo que o trabalho põe em movimento. O que, assim posto está certo. Smith, porém mantém-se obscuro.” (Marx, 1974a, p. 55/56).

Destaquemos uma passagem dessa citação: “não está com isso dizendo realmente que as mercadorias não se trocam mais na proporção do tempo de trabalho nelas encerrado”. Está sim senhor! Para Smith as mercadorias, no capitalismo, não se trocam na proporção do trabalho contido, mas na da quantidade de trabalho que cada uma comanda. O problema é o que determina essa quantidade.

Para Marx a determinação da quantidade de trabalho contido em cada mercadoria é um problema estritamente do âmbito da produção, um problema determinado pela tecnologia social. Para Smith a determinação da quantidade de trabalho comandado não poderia se resolver simplesmente na produção pois pressupõe a apropriação. Envolve a produção, na medida em que o valor dos salários é igual à quantidade de trabalho contido na mercadoria, como já pudemos demonstrar (Cf. Carcanholo, 1991); envolve a apropriação na medida em que depende da taxa de lucro e da renda da terra. Na verdade, é neste último aspecto que Smith está errado, pois a determinação da quantidade de trabalho comandado e, portanto, dos preços naturais reais (os valores para

Smith) depende, além da produção, simplesmente do critério de distribuição do excedente (mais-valia para Marx), no caso, a uniformidade da taxa de lucro. Em Smith, embora ele não tenha percebido, esta fica determinada simplesmente se aceitarmos que a medida do valor é a quantidade de trabalho comandado.

Em Marx, a coisa é muito parecida. A proporção de troca das mercadorias só está determinada pelas quantidades de trabalho socialmente necessário (trabalho contido), no caso das empresas se apropriarem de lucro na medida da mais-valia que produzem. Ao contrário, admitida a uniformidade da taxa de lucro, a proporção de troca fica determinada pelas magnitudes dos preços de produção. Da mesma maneira que em Smith (como é possível demonstrar), em Marx a taxa de lucro, além de depender da magnitude do capital, depende da capacidade do trabalho produzir excedente (mais-valia) que depende da remuneração do trabalho (taxa de salário) e de sua produtividade.

Em uma coisa Marx tem razão. Smith efetivamente está de acordo que o excedente depende da maior ou menor quantidade de trabalho vivo que o trabalho materializado pode comprar. Mas, para este, apesar de tudo, todo trabalho é pago.

SOBRE A EXISTÊNCIA DE UM CÍRCULO VICIOSO NA DETERMINAÇÃO DA MAGNITUDE DO VALOR EM SMITH

Parece que Marx foi quem por primeira vez advertiu para a suposta existência de um círculo vicioso na determinação do valor por parte de Smith; o fato é que isso não aparece em Ricardo, pelo menos nos *Princípios*. Essa crítica, que sobrevive até hoje (por exemplo em Napoleoni), não tem, em nossa opinião, nenhuma consistência.

Em outras palavras poderíamos indicar a questão da seguinte forma: a magnitude do valor de uma mercadoria está determinada pela soma das remunerações, salário, lucro e renda da terra, de acordo com suas taxas naturais. Mas essas remunerações também são valores (pelos menos o salário é valor, valor do trabalho) e, assim, estaríamos explicando a magnitude do valor através de magnitude de valores.

Em pelos menos três oportunidades nas Teorias da Mais-valia, Marx se refere ao assunto; vejamos:

“Smith aí, uma vez que se desviou de sua concepção principal, tinha de dizer: o preço do salário é determinado pelo preço dos meios de subsistência, e este pelo preço do salário.” (Marx, 1974b, p. 653)

“(…) como determinar o valor dos meios de subsistência necessários e, portanto, das mercadorias em geral? Em parte pelo preço natural do trabalho. E como determiná-lo? Pelo valor das coisas necessárias à vida ou das mercadorias em geral. Um lastimável beco sem saída.” (Marx, 1974b, p. 653)

“Que serve de base a A. Smith quando analisa a ‘taxa natural’ do salário ou o ‘preço natural’ do salário? O preço natural dos meios de subsistência necessários para reproduzir a força de trabalho. Mas, como determina o preço natural desses meios de subsistência? Quando chega a determiná-lo, recorre à definição correta de valor, a saber, o tempo de trabalho requerido para produzir esses meios de subsistência. Quando abandona esse rumo certo, cai num círculo vicioso. Como se determina o preço natural dos meios de subsistência, que determinam o preço natural do salário? Pelo preço natural do ‘salário’, do ‘lucro’ e da ‘renda’, e esses preços formam o preço natural desses meios de subsistência e o de todas as mercadorias e assim até o infinito. Tagarelar com a lei da oferta e da procura não serve para romper o círculo vicioso.” (Marx, 1974a, p. 74).

Já tivemos oportunidade de mostrar que essa crítica a Smith não se sustenta (Carcanholo, 1991). Marx não percebeu que a magnitude do salário contido no valor de uma mercadoria, medido em trabalho comandado (isto é, o salário real) é sempre e exatamente igual ao trabalho contido naquela mercadoria, qualquer que seja a taxa de salário. Dessa maneira, o fato de que o valor da mercadoria esteja explicado parcialmente pelo “valor do trabalho” gasto para produzi-la só aparentemente constitui um círculo vicioso. E mais, esse fator nada tem a ver com a distribuição pois a quantidade de trabalho contido está determinada na produção e só depende das condições técnicas.

Também já tivemos oportunidade, em trabalho ainda a ser publicado, de estudar a questão do lucro como determinante do valor, e não voltaremos ao assunto aqui. O fato é que não há na determinação dos preços naturais de Smith nenhum círculo vicioso e, além disso, se levarmos às últimas conseqüências a idéia smithiana de medida do valor pelo trabalho comandado, podemos mostrar que aqueles preços são mais próximos dos preços de produção de Marx do que qualquer um pode supor até hoje.

APRECIAÇÃO DE MARX SOBRE O CONCEITO DE EXCEDENTE EM SMITH

Como veremos, Marx tem uma opinião muito favorável sobre a visão de Smith no que se refere à origem do excedente (mais-valia). Na nossa opinião até sustenta a existência de uma proximidade maior do que a que verdadeiramente há entre a teoria da dedução de Smith e a sua teoria da exploração. No entanto, antes de discutirmos essas questões é indispensável entender como Marx vê o trânsito entre o tratamento que Smith dá à determinação da magnitude do valor e a questão do excedente:

“(...) essa insegurança e confusão de definições (sobre o valor, RC) de todo heterogêneas não estorvam as pesquisas de Smith sobre a natureza e a origem da mais-valia, pois, na realidade, ao desenvolver suas idéias sempre se apega, sem ter clara consciência disso, à determinação correta do valor de troca das mercadorias, isto é, à determinação pela quantidade de trabalho nelas despendida (...)” (Marx, 1974a, p. 49 - ver também p. 53 e p. 76).

Em outras palavras, quando vai tratar da questão relativa ao excedente, Smith abandonaria suas vacilações, sua confusão, etc. e se submeteria à visão adequada sobre a determinação da magnitude do valor: pela quantidade de trabalho contido. Dessa maneira, como partiria da mesma concepção de Marx sobre a grandeza do valor, poderia também chegar muito próximo da teoria da exploração. Na verdade, essa forma de ver as coisas deriva, na nossa opinião, de um erro de Marx.

A PROXIMIDADE ENTRE SMITH E MARX NO QUE SE REFERE À MAIS-VALIA

Marx superestima a proximidade de Smith com sua própria teoria no que se refere à explicação da mais-valia (lucro). Citando aquela passagem de Smith sobre a 'dedução' ("Neste estado de coisas, o produto do trabalho deixa de pertencer sempre por inteiro ao trabalhador. Este, na maioria dos casos, tem de dividi-lo com o proprietário do capital, que o emprega."), Marx afirma:

"(...) absolutamente certo. Supondo-se a produção capitalista, o trabalho materializado na forma de dinheiro ou mercadoria sempre compra, além da quantidade de trabalho que nele se contém, quantidade adicional de trabalho vivo para o lucro do capital, o que, em outras palavras, significa apenas que ele se apropria grátis de uma parte do trabalho vivo, se apropria sem pagá-la. Smith supera Ricardo (...) (nesse aspecto, RC)." (Marx, 1974a, p. 60).

"A renda fundiária, como o próprio lucro industrial, é apenas parte do trabalho que o trabalhador acrescenta aos materiais, cede, transfere sem pagamento ao proprietário, ao dono da terra, e portanto não passa de parte do trabalho excedente que o trabalhador executa além do tempo de trabalho destinado a pagar seu salário ou a proporcionar um equivalente ao tempo de trabalho contido no salário. A. Smith, por conseguinte, concebe a mais-valia - isto é, o trabalho excedente, o que no trabalho executado e realizado na mercadoria ultrapassa o trabalho pago, o trabalho que recebeu o equivalente no salário - como categoria geral de que o lucro propriamente e a renda fundiária são meros ramos. Contudo, Smith não dissociou a mais-valia como tal, como categoria independente, das formas especiais que assume no lucro e na renda fundiária. Está aí a origem de muitos erros e carências nas suas pesquisas e mais ainda nas de Ricardo." (Marx, 1974a, p. 61)

Deixando de lado, por agora, a questão da não dissociação da mais-valia, o fato é que Marx está atribuindo a Smith sua própria teoria da mais-valia: valor produzido pelo trabalhador além daquele que lhe é pago.

O que Marx não percebe em Smith é que o trabalho acrescenta valor às matérias, não na magnitude da sua duração mas na magnitude adicional do poder, possuído pelo produto, de comprar trabalho vivo (cf. por ex. Marx, 1974a, p. 63). Dessa maneira, ao entender que o valor produzido pelo trabalhador tem magnitude igual ao tempo trabalhado é obrigado a concluir que, para que exista lucro e/ou renda fundiária (mais-valia), necessariamente uma parte do trabalho não é paga. Por isso, atribui essa idéia a Smith:

“Assim, o lucro não passa de uma dedução do valor que os trabalhadores adicionaram ao material de trabalho. Nada adicionaram ao material além da nova quantidade de trabalho.” (Marx, 1974a, p. 59).

“(...) (Para Smith, RC) o valor, isto é, a quantidade de trabalho que os trabalhadores adicionam ao material, divide-se em duas partes. Uma paga-lhes o salário ou lhes é paga pelos salários. (...) A outra parte constitui o lucro do capitalista, quer dizer, é quantidade de trabalho que ele vende sem a ter pago.” (Marx, 1974a, p. 58).

“(...) (Smith, RC) atribui o lucro do capitalista ao fato mesmo de este não ter pago parte do trabalho adicionado à mercadoria. (...) Desse modo reconheceu Smith a verdadeira origem da mais-valia.” (Marx, 1974a, p. 58).

Na verdade, para Smith, o capitalista paga todo o trabalho, embora não pague todo o valor incorporado pelo trabalhador ao produto. O que acontece é o seguinte: o trabalhador recebe exatamente um valor de magnitude igual à da duração do seu trabalho; é capaz, além disso, de produzir o excedente, que finalmente se resolve em lucro e renda fundiária, porque o valor que produz é maior que o tempo de trabalho para produzir a mercadoria. Quanto é maior? Isso depende exclusivamente da capacidade de apropriação do proprietário do capital e da terra. Isso deve ter ficado claro na nossa interpretação sobre a teoria de Smith (Cf. Carcanholo, 1991).

Como vimos, a idéia smithiana de que todo o trabalho é pago, qualquer que seja a taxa de salário é, curiosamente, consequência da idéia de medida do valor pelo trabalho comandado: se a taxa de salário

(salário por hora trabalhada) é igual a 1A (sendo A um conjunto qualquer de mercadorias), por definição a magnitude do valor de 1A será igual a 1 hora; se, por exemplo, a taxa de salário se reduzisse em 50% e se pagasse 0,5 A por uma hora de trabalho, a magnitude do valor de 1A seria agora igual a 2 horas. Assim, mesmo com redução da taxa de salário, o trabalho continuaria sendo totalmente pago. Acredito que aí esteja uma das genialidades de Smith: conseguiu, utilizando o trabalho como medida do valor, desenvolver uma teoria sobre o lucro que consegue escapar da exploração, do trabalho não pago. É verdade, como veremos depois, ao preço de uma concessão à aparência (que o próprio Marx bem advertiu) que consiste em definir a produção do valor pela sua apropriação.

O que para Smith lhe dá ao trabalho a capacidade de produzir mais valor do que dura é uma pergunta para a qual em algum momento dever-se-ia buscar resposta.

O fato de que Marx atribui sua visão a Smith e, a partir daí, analisa a teoria smithiana, também fica claro na seguinte passagem:

“A. Smith não devia igualar a troca (de mercadoria, RC) por dinheiro ou por outras mercadorias, com a troca do produto acabado do trabalho por trabalho. É que na primeira troca a mais-valia decorre de as mercadorias serem permutadas pelo valor, pelo tempo de trabalho nelas contida e em parte não pago. Subentende-se aí que o capitalista não troca a quantidade de trabalho pretérito por igual quantidade de trabalho vivo; que a quantidade de trabalho vivo de que se apropria é maior que a quantidade de trabalho vivo que ele paga. Do contrário, o salário do trabalhador seria igual ao valor de seu produto. O lucro pela troca de produto acabado do trabalho por dinheiro ou mercadoria, ao serem trocados pelo valor, origina-se portanto de a troca entre produto acabado do trabalho e trabalho vivo seguir outras leis, não havendo aí troca de equivalentes.” (Marx, 1974a, p. 59).

Destaquemos um aspecto: “(...) a quantidade de trabalho vivo de que se apropria é maior que a quantidade de trabalho vivo que ele (empresário, RC) paga.” Isso não é verdade para Smith, no entanto o

lucro, para este, provém do fato de que o valor que o trabalho acrescenta aos materiais é maior que a 'valorização do trabalho'. Assim, o valor entregue ao trabalhador pelo empresário é menor do que o valor que aquele entrega a este. Há, portanto, nesse sentido e só nesse sentido, troca de não equivalentes na relação entre empresário e trabalhadores; Marx afirma aí, então, algo de certo. Assim poderíamos até dizer que existe uma certa aproximação da teoria smithiana com a teoria da exploração. Mas, o sentido escolhido não é o de Smith pois, para ele, o que interessa é que, por definição, todo trabalho é pago e, portanto, não pode haver exploração.

Existe em Marx uma crítica à teoria da "mais-valia" de Smith que nos parece totalmente adequada. Trata-se do fato já indicado de que esse autor não dissocia a mais-valia das suas formas: o lucro e a renda fundiária, para ficar só nas que são primárias.

"Contudo, Smith não dissociou a mais-valia como tal, como categoria independente, das formas especiais que assume no lucro e na renda fundiária. Está aí a origem de muitos erros e carências nas suas pesquisas e mais ainda nas de Ricardo." (Marx, 1974a, p. 61).

"(Smith) Concebe assim a mais-valia diretamente na forma de lucro." (Marx, 1974a, p. 69).

Essa crítica, embora não possa ser entendida como interna, isto é, resultado de uma inconsistência lógica interna ou de uma impossibilidade de solucionar um fato relevante da realidade, tem importância no nosso entender pois revela a superioridade do pensamento de Marx sobre Smith.

Vejamos a seguinte passagem de Marx:

(Smith) "Derivou-a (a mais-valia, RC), antes, do valor que os trabalhadores acrescentam à matéria acima do valor que adicionam em troca do salário recebido"

(Mas) "A. Smith não percebe que, ao identificar de imediato a mais-valia com o lucro e o lucro com a mais-valia, derruba a lei que acabara de formular sobre a origem da mais-valia. Se a mais-valia é só a parte do valor (...) a qual o trabalhador adici-

ona acima da parte que acrescenta à matéria para pagar o salário, por que deveria aquela parte crescer imediatamente em virtude de o valor do capital adiantado num caso ser maior que no outro?” (Marx, 1974a, p. 69 - aí, Marx está obviamente se referindo à taxa média de lucro).

Deixando de lado o erro de Marx em atribuir a Smith sua própria concepção, é um fato concreto que identificar imediatamente mais-valia e lucro, implica de maneira necessária a impossibilidade de pensar a exploração como explicação daquela. Dessa maneira o lucro, necessariamente, deverá ser deduzido da necessidade imposta pela taxa média de lucro, sem a qual não seria possível entender o capitalismo:

“(…) (para Smith) o capitalista não teria interesse em empregar um capital maior em vez de um menor se os lucros não mantivessem determinada proporção com a magnitude do capital. Explica-se aí o lucro não mais pela natureza da mais-valia e sim pelo ‘interesse’ do capitalista. O que não passa de um simples disparate.” (Marx, 1974a, p. 69).

Marx, aí, prisioneiro de sua visão, chega à conclusão de que Smith comete um disparate e passa a sustentar uma visão antagônica a que teria como lógica dedução de sua atribuída visão do valor como trabalho contido. Na verdade, não há um disparate pois não existindo a pretendida visão alternativa em Smith, atribuída por Marx, não se chega a inconsistência lógica nenhuma. No entanto, o que há é que Marx consegue mostrar uma limitação da teoria smithiana se comparada como sua própria teoria.

SMITH, PRISIONEIRO DA APARÊNCIA

Existe uma crítica de Marx, já referida anteriormente quando tratamos da origem do excedente (mais-valia), que nos parece totalmente correta e de fundamental importância. Trata-se da conclusão de Marx de que, na determinação da magnitude do valor, Smith é prisioneiro da aparência.

“A. Smith identifica o preço natural ou preço de custo da mercadoria com o valor dela, depois de abandonar a concepção

correta de valor e de a substituir pela que emana e provém irresistível das aparências da competição. O que aparece na concorrência regulando os preços de mercado não é o valor, é o preço de custo, na qualidade, por assim dizer de preço imane, valor das mercadorias. Mas esse próprio preço de custo nela aparece configurado pela taxa média dada do salário, do lucro e da renda. Por isso, procura Smith estabelecer essa taxa de maneira autônoma, sem depender do valor da mercadoria, ou melhor, como se fosse fator do preço natural.” (Marx, 1974b, p. 666).

Não há dúvida de que, na aparência, os preços de mercado regulam-se pelo que Marx chama n’O Capital de preços de produção (na verdade, preços correspondentes aos preços de produção - aqui, nas Teorias da Mais-valia, às vezes, chamado de preço de custo) que admite em sua determinação uniformidade das taxas de salário e de lucro, respectivamente. A profundidade da pesquisa de Marx e a força de seu método dialético lhe permitiram ir até a essência das coisas, descobrir o valor e explicar sua determinação pelo trabalho contido, construir a partir daí a categoria de preço de produção, de maneira adequada, e aproximar-se assim da determinação dos preços de mercado. A profundidade e dificuldade da questão é tão grande que, até hoje, sua teoria dos preços de produção não é compreendida pela maioria dos autores, especialmente pelos ricardianos.

Ricardo também se enfrentou com a mesma problemática e, embora a postura de Marx em relação a ele seja mais simpática que a que mantém com Smith, não se saiu muito bem.

Smith, é verdade, sucumbiu diante das aparências e teve que renunciar à idéia de que a magnitude da riqueza (o valor) se mede e se determina pelo trabalho contido, que é a posição de Marx. Mas apesar disso conseguiu construir uma teoria dos preços naturais cuja determinação de magnitude, ressalvada as diferenças de unidade de medida, acerca-se muito à magnitude dos preços de produção de Marx. Smith, apesar de preso nas teias da aparência, pode explicar a determinação dos preços de mercado de maneira muito superior a Ricardo, muito próxima a Marx, embora sem referência à essência valor, entendida

como determinada pela quantidade de trabalho contido. Não só isso, Smith pode associar a idéia de riqueza ao domínio sobre o trabalho, utilizando-se criativamente do trabalho comandado.

Uma outra passagem das Teorias da Mais-valia em que Marx faz explícita referência ao fato de que Smith se subordina à aparência é a seguinte.

“No início achava de fato que o valor da mercadoria regulava salário, lucro e renda fundiária. Mas, em seguida, põe-se a trabalhar em sentido contrário (mais próximo da aparência empírica e das idéias correntes), propõe que se calcule e se descubra o preço natural das mercadorias por adição dos preços naturais do salário, lucro e renda fundiária” (Marx, 1974a, p. 75).

Marx, no *Capital*, dedica um capítulo especificamente ao estudo da aparência e à crítica aos economistas que se mantiverem prisioneiros a ela. É o capítulo XLVIII do livro III. Trata-se de uma das mais profundas, brilhantes e ao mesmo tempo desconhecidas passagens dessa obra. Desconhecida, talvez, por encontrar-se quase que perdida no final do livro III e pelo fato de que a grande maioria dos leitores e crítico de Marx, quando muito, não superou o primeiro livro ou seus primeiros capítulos.

Ali Marx critica a economia vulgar e por ser esta um antecedente do pensamento neoclássico, trata-se, na verdade, de uma aguda crítica antecipada a esse pensamento e ao fetichismo que aparece implícito nas idéias marginalistas. Nas Teorias da Mais-valia, e a propósito de Smith, aparece um resumo de uma das idéias centrais tratadas naquele capítulo.

“(Salário, lucro e renda fundiária, RC) São na verdade as três fontes originais de toda renda, mas é falso que do mesmo modo sejam as três fontes originais de todo valor de troca, pois o valor de uma mercadoria se determina exclusivamente pelo tempo de trabalho nela contido (...) Para os respectivos proprietários são fontes de renda, mas na qualidade de título (condição) para eles se apropriarem de parte do valor, isto é, do trabalho materializado na mercadoria. Todavia, a repartição

ou a apropriação de valor não é fonte do valor que é objeto da apropriação.” (Marx, 1974a, p. 72).

Assim, nos dá a impressão que aquelas críticas de Marx do capítulo XLVIII do livro III d'O Capital também, de alguma maneira se destinam a Smith. Ao mesmo tempo ficaria a idéia de que esse autor, pelo menos na medida em que abandona a “verdadeira determinação do valor”, constituir-se-ia, na opinião de Marx, num importante antecedente do pensamento vulgar e, portanto, do pensamento neoclássico.

BIBLIOGRAFIA

- CARCANHOLO, Reinaldo A. (1991). "O valor, a Riqueza e a Teoria de Smith" in: *Análise Econômica*, ano 9, nº 15. Porto Alegre. UFRGS, 1991. pp. 183 a 205.
- CARTELIER, Jean (1976). *Excedente y Reproducción. La Formación de la Economía Política Clásica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1981
- DOBB, Maurice (1973). *Teorías del Valor y de la Distribución desde Adam Smith*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1976.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo, Difel, vários anos.
- MARX, Karl (1974a). *Teorias da Mais Valia. História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, Vol. I.
- MARX, Karl (1974b). *Teorias da Mais Valia. História Crítica do Pensamento Econômico*. São Paulo, Difel, 1983, Vol. II.
- MARX, Karl (1974c). *Teorias da Mais Valia. História Crítica do Pensamento Econômico*. São Paulo, Difel, 1985, Vol. III.
- NAPOLEONI, Cláudio (1973). *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- NAPOLEONI, Cláudio (1977). *O Valor na Ciência Econômica*. Lisboa, Presença / Martins Fontes, 1980.
- RICARDO, David (1821). *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- SMITH, Adam (1776). *A Riqueza das Nações*. Coleção Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.